



ANGOLA FACE À ACTUAL ORDEM
ECONÓMICO-FINANCEIRA MUNDIAL

SINTESE DAS JORNADAS

Luanda, aos 27 de Outubro de 2017

Decorreram em Luanda, na Sala de Conferências da Escola Nacional de Administração, no período de 24 a 27 de Outubro de 2017, as 21^{as} Jornadas Técnico-Científicas da FESA subordinadas ao lema:

“ANGOLA FACE À ACTUAL ORDEM ECONÓMICO-FINANCEIRA MUNDIAL”.

A eleição deste tema considera-se pertinente tendo em conta os actuais desafios face as dificuldades económicas e financeiras em que o país se encontra, decorrente da crise causada principalmente pela volatilidade dos preços da sua principal *comodity* de exportação – o petróleo.

Participaram neste evento cerca de trezentos participantes dentre os quais: Membros do Executivo, Deputados, Entidades Eclesiásticas, Responsáveis e técnicos da Administração Central e Local do Estado, representantes do Corpo Diplomático e de Organizações Internacionais, Representantes de Órgãos de Defesa e da Polícia Nacional, Representantes da Banca, Associações Empresariais de diversos ramos de actividade, Representantes de Universidades, Estudantes de diversos níveis de ensino, entre outros.

A sessão de abertura das 21^{as} Jornadas Técnico - Científicas da FESA, foi presidida **por Sua Excelência Dr. Pedro Luís da Fonseca**, Ministro da Economia e Planeamento, que na ocasião se encontrava ladeado de Sua Excelência Dr. Adriano Mendes de Carvalho, Governador da Província de Luanda e pelo

Excelentíssimo Senhor Dr. Ismael Diogo da Silva, Presidente da FESA.

O Ministro da Economia e Planeamento no seu discurso destacou o facto de que o nosso país encontra-se numa fase de ajustamentos na sua política económica traduzidos no primeiro instrumento de planeamento aprovado pelo Governo saído das últimas eleições, designando por Plano Intercalar e de processos de transformação que ajudem a definir um novo modelo económico mais inclusivo, mas igualmente mais extrovertido.

Segundo o Ministro, as estratégias para a alteração da presente situação de crise estão em marcha, esperando-se que dentro de algum tempo se possam recolher dividendos. As questões relacionadas com a produtividade, a competitividade, a criação de alguns clusters e o capital humano, estão no centro das novas estratégias de desenvolvimento.

Durante a sessão de abertura foram apresentadas mensagens da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto e da Fundação Eduardo dos Santos:

Na mensagem da **Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto**, lida pelo seu Decano Dr. Redento Maia, destacou-se o carácter fundamental da necessidade de existência de um "pensamento angolano" sobre as questões económicas pelo facto de no jogo duro da globalização financeira não faltarem entidades

de alguns países bem-sucedidos a pretenderem transmitir lições enviesadas aos países em reconstrução.

Do mesmo modo, considera ainda a FECUAN, que não faltam organismos de craveira internacional a prescreverem programas económicos, sem entretanto financiarem a rede de protecção social que deve aliviar a pobreza agravada pelos efeitos regressivos das políticas macroeconómicas prescritas.

Assim, o pensamento económico estratégico deve consagrar a ideia de que “as reformas devem ser o produto de forças endógenas, do desenvolvimento dos próprios países e não deve haver o risco de imposição de modelos”.

A FESA destacou na sua mensagem, que este ciclo regular de debates sobre temas de carácter científico, tem como objectivo proporcionar conhecimento de modo permanente ao cidadão angolano, possibilitando o seu envolvimento activo e consciente em matérias que inquietam a sociedade.

A FESA colocou um repto ao empresariado nacional no sentido de melhorar o quadro negativo que o País apresenta em termos de produção nacional para aumento e garantia de empregos seguros, considerando a ajuda externa como crucial para a melhoria da actual situação.

Para estas Jornadas foram convidados 23 palestrantes e moderadores nacionais e 18 palestrantes estrangeiros provenientes do Reino Unido, do Brasil, da China, de Espanha, de Portugal, do

Ghana, da Índia e do Chile; representantes de organizações internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia e o Banco Africano de Desenvolvimento para quem a FESA estende os seus agradecimentos, pela disponibilidade manifestada, e a profundidade na abordagem dos assuntos postos à discussão.

A Sessão de Abertura foi abrilhantada com a presença do Grupo de canto coral da Igreja Metodista Unida de Angola.

A sessão de encerramento é presidida por Sua Excelência Dr. Archer Manguera, Ministro das Finanças, cujo discurso fará parte integrante dos Anais das 21^{as} Jornadas Técnico – Científicas da FESA.

A sessão de encerramento contou com as exposições da Orquestra Sinfónica Kapossoca e de uma peça teatral do Grupo “JULU”.

DESENVOLVIMENTO DAS SESSÕES DE TRABALHO

As sessões de trabalho contaram com a apresentação e discussão dos temas constantes dos seguintes painéis:

PAINEL 1 – “Os Grandes Desafios da Economia Mundial e seus Reflexos para o Continente Africano”;

PAINEL 2 – “As Transformações Estruturais no Mundo”;

PAINEL 3 – “A Economia Angolana na Actualidade, 2010-2016”;

As discussões produziram as seguintes conclusões e recomendações:

CONCLUSÕES:

1. A economia angolana deverá estruturar-se no sentido de se tornar mais competitiva e sustentável, assente em investimentos em infra-estruturas essenciais para o crescimento económico, numa aposta séria no sector agro-industrial, na urbanização da população, na diversificação das exportações e ainda sustentada pela captação de financiamentos internacionais.
2. A inclusão financeira pode estimular o crescimento económico, reduzindo os obstáculos de financiamento às famílias e as empresas e melhorando a economia,

providenciando igualmente um estímulo e alívio do consumo doméstico.

3. O aumento do acesso das famílias e das empresas aos serviços financeiros, bem como o incentivo à educação financeira para as mulheres, aumentam a inclusão e contribuem para melhorar outros sectores da economia. Os benefícios marginais para o crescimento só poderão ser observados se o acesso e a capilaridade financeira forem incrementados.
4. A má governação e a prática da corrupção são fenómenos que obstaculizam o crescimento económico inclusivo e sustentável, porque reduzem a capacidade de arrecadação fiscal do Estado e propiciam condições para um investimento público ineficiente, desencorajando deste modo o investimento privado e perpetuando a ineficácia do sistema produtivo, o que trás como consequência o aumento da pobreza e da desigualdade social.
5. Os participantes tomaram conhecimento do interesse da China em continuar a apoiar os países africanos, sobretudo com o financiamento para a construção de infra-estruturas, nos termos dos acordos da Cimeria Sino-Africa, realizada em Joanesburgo.
6. Quanto aos programas de ajustamento estrutural implementados em África na década de oitenta, os participantes concluíram que os mesmos não tiveram o impacto esperado pelas instituições financeiras internacionais, não tendo sido capazes de aliviar a pobreza e a insegurança alimentar nem de promover o crescimento económico, tendo pelo contrário, contribuído para um aumento na oferta de

tecnologia obsoleta e para a fragilização dos processos de democratização pelas imposições colocadas aos órgãos de decisão política dos países objecto destes programas de ajustamento estrutural.

7. O empreendedorismo em Angola foi caracterizado quanto a sua natureza em empreendedorismo de necessidade e de oportunidade, sendo este último aquele que decorre da iniciativa do empreendedor para a criação de um negócio ou de uma empresa e o que resulta na geração de emprego e criação de riqueza.
8. A economia informal tem uma dimensão considerável no conjunto da economia nacional, estimando-se que seja responsável por 69% do emprego e uma renda significativa que no entanto não é quantificada no PIB nacional. A falta de enquadramento da economia informal conduz a um prejuízo virtual pelo facto de não contribuir para a arrecadação fiscal nem possuir estatísticas que mensurem a sua co-participação no PIB nacional.

RECOMENDAÇÕES:

1. Para tornar a economia angolana mais competitiva e sustentável recomenda-se que as autoridades resolvam os actuais entraves identificados no contexto das avaliações do *Doing Business*.
2. Para se alcançar o crescimento sustentável da economia, o sector da energia deve jogar um papel importante, centrando-se em três prioridades: acesso à energia sustentável; o

aumento da produção de energias renováveis e a eficiência energética; e o contributo para melhorar a resiliência na luta contra as alterações climáticas. Estas prioridades são apoiadas por três factores: a apropriação política e as parcerias em matéria de energia sustentável; a criação de um quadro regulamentar adequado e de governação do sector energético; e o estímulo ao investimento através de instrumentos financeiros inovadores.

3. Para que a inclusão financeira contribua para promover o crescimento e a melhoria dos meios de subsistência das famílias, recomenda-se uma abordagem mais integrada e equilibrada para combater as barreiras que envolvem factores tanto do lado da procura, como do lado da oferta que reduzem a eficácia da inclusão financeira.
4. Que a expansão do sector financeiro não entre em conflito com a inclusão financeira para as famílias mais vulneráveis e as micro e pequenas empresas, para que estas possam gerar oportunidades de aumento de rendimentos e superar os choques de curto prazo contribuindo assim para que o aumento da poupança e as decisões de investimento reduzam a pobreza e aumentem o crescimento económico.
5. A necessidade de implementação de políticas públicas e instrumentos normativos para alargar a concorrência na economia de modo geral e particularmente no sector financeiro, visando reduzir a concentração de depósitos num número reduzido de bancos.
6. Devem ser gizados programas de financiamento sem grandes condicionalismos, associados a transferência de tecnologia, para tornar o processo de agro-industrialização mais efectivo, competitivo e sustentável, de modo a promover o desenvolvimento económico e social.

7. A adopção pelo Executivo de reformas que impliquem a boa governação com a perspectiva de retirar o nosso país das péssimas classificações em que se encontra em termos de *índice de governação e desenvolvimento*, bem como de *índice de corrupção*, cujos resultados positivos podem implicar incrementos significativos no crescimento económico nacional.
8. Tendo em conta o rápido crescimento que a economia do Chile conheceu, recomenda-se as autoridades nacionais estudar convenientemente este caso, bem como, outros de sucesso para obter informações no âmbito da passagem de Angola como país de rendimento médio.
9. Como resposta ao insucesso dos programas de ajustamento estrutural os participantes recomendaram que os países africanos adoptem um processo de transformação das suas economias, densificando a cooperação sul-sul, partindo da modernização do sector agrícola de cada país e perspectivando uma integração regional marcada pelo estabelecimento de um Mercado Comum, uma União Monetária e uma União Aduaneira num horizonte temporal até 2023.
10. A transformação progressiva da economia informal para uma economia formal, através de uma abordagem científica e pragmática, pela via da criação de um órgão da administração pública com a atribuição de estudar, propor políticas adequadas e implementar medidas e programas conducentes ao alcance, com êxito, deste objectivo.
11. As autoridades angolanas deverão trabalhar no sentido de segmentar as funções de operadora e de reguladora do sector

petrolífero da concessionária nacional – a Sonangol, criando uma Agência Reguladora e procurando para o futuro estruturar o negócio do petróleo na perspectiva do aproveitamento não apenas do combustível, mas também do desenvolvimento de toda a cadeia petroquímica a ela associada.

12. Apesar do trabalho positivo que vem sendo desenvolvido pelo BNA, os participantes recomendam ainda a necessidade do reforço das acções tendentes a adequação do sistema financeiro angolano às normas prudenciais baseadas nos princípios de Basileia para uma supervisão bancária eficaz e a adopção das boas práticas internacionais, bem como de prevenção do Branqueamento de Capitais e o Financiamento ao Terrorismo.

A Organização reconheceu a excelente qualidade das prelecções e moderação dos temas apresentados, bem como a contribuição participativa e construtiva dos participantes, o que enriqueceu o nível das Jornadas.

Os resultados das 21^{as} Jornadas Técnico Científicas da FESA, resumidas nesta síntese, serão objecto de publicação em forma de Anais.

PELA PAZ E SOLIDARIEDADE, A CONTRIBUIÇÃO DA FESA

Luanda, 27 de Outubro de 2017.